

“Eleições e anarquismo, voto nulo, existe política além do voto?”

Reflexões sobre a realidade em que vivem, tanto no que diz respeito às eleições quanto à organização dos anarquistas

René BERTHIER

Marx criticava os federalistas da AIT pelo seu “apolitismo”, ou seja, pela sua recusa da ação parlamentar. Essa crítica foi mal interpretada, pois no discurso comunista, sua visão política é creditada à estratégia leninista tal como foi aplicada durante a Revolução Russa. A narrativa marxista atual é, de certa forma, superdeterminada pela Revolução Russa.

Portanto, quando Marx diz na Carta ao Comitê Central da Liga dos Comunistas (1850) que o grito de batalha da classe operária deve ser “a revolução em permanência”, os marxistas revolucionários de tendência trotskista se apressaram em identificar isso com a “revolução permanente” – a tentação era grande demais. Na realidade, Marx quer explicar *aos trabalhadores alemães* que eles devem fazer o máximo para alcançar a vitória final, “esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando quanto antes a sua posição de partido autônoma, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequeno-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado”. Marx se refere a *uma revolução interna ao proletariado*. Estamos longe da “revolução permanente” de Trotsky.

O projeto político de Marx, além de um breve período de inspiração vagamente blanquista após 1848, baseava-se no sufrágio universal e na conquista parlamentar do poder. A “revolução” de que se fala no *Manifesto*¹ é aquela que imporia o sufrágio universal: quando não existe o sufrágio universal, faz-se uma revolução para instaurá-lo. É o que diz o *Manifesto Comunista*: “O primeiro passo na revolução operária é a constituição do

1 René Berthier, “A propos du Manifeste communiste”, <https://monde-nouveau.net/spip.php?article74>

proletariado como classe dominante, a conquista da democracia.” A “conquista da democracia” é o sufrágio universal que levará a classe operária ao poder. E uma vez no poder, proceder-se-á a “intervenções despóticas” no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas. Para Bakunin, essa visão é ao mesmo tempo simplista e totalmente utópica. Em primeiro lugar porque o fato de a classe operária ser majoritária não garante de forma alguma a ascensão dos socialistas ao poder; e, sobretudo, porque a burguesia nunca aceitará se submeter à “legalidade” de um voto que a despoja de seus privilégios.

A estratégia parlamentar, que é a de Marx e Engels, com todo o respeito aos sucessores de Lenin, baseia-se simplesmente na convicção de que a classe operária constitui (ou constituirá) a maioria da população e que acabaria por levar ao poder uma maioria socialista. A sua visão “materialista” da história baseava-se na ideia de que as camadas médias acabariam por empobrecer e integrar progressivamente o proletariado. A evolução do sistema capitalista levaria a uma situação em que haveria apenas duas classes antagônicas: os capitalistas e o proletariado. Enquanto se aguardava essa eventualidade, a classe operária, que ainda não estava pronta para exercer o poder, deveria aliar-se às camadas progressistas da burguesia²: estas deveriam esgotar as suas contradições internas antes que a classe operária pudesse, por sua vez, exercer o poder.³

- Proudhon tinha uma visão muito mais realista do que Marx. Em primeiro lugar, ele havia sido eleito para a Assembleia Constituinte em 1848 e sua experiência como parlamentar o levou a compreender que o sufrágio universal era o meio pelo qual a burguesia accedia ao poder. Além disso, ele percebeu perfeitamente o peso esmagador das classes médias, urbanas e rurais, e toda a sua “estratégia” consistia em buscar meios de interessar essas classes a uma transformação social profunda. Isso explica seu discurso sobre a propriedade, contraditório para

2 Fernando Claudin, *Marx, Engels y la Revolución de 1848*, Siglo XXI de España Editores, S.A.

3 Marx, “La crítica moralizante o la moral critica”, 1847 Os obreros “sabem que sua própria luta contra a burguesia só poderá eclodir no dia em que a burguesia tiver conseguido triunfar. (...) Eles podem e devem aceitar a revolução burguesa como uma condição para a revolução operária. Mas nem por um instante podem vê-la como o objetivo final.”

aqueles que têm uma visão binária, mas perfeitamente coerente quando se tem uma visão um tanto dialética.⁴

Bakunin apenas retoma as conclusões de Proudhon, confirmando-as com uma análise aprofundada do projeto eleitoral da social-democracia suíça e alemã. Para ele, o fato de o proletariado ser majoritário ou não (e ele não era) não constituía um fator determinante, o que era determinante era o seu papel no processo de produção, o que explica a sua visão política baseada numa estratégia de tipo “sindical” no sentido amplo da palavra.⁵

Eis, de forma muito esquemática, as bases da diferença entre marxismo e anarquismo sobre a questão eleitoral.

Na prática, essa oposição se manifestava da seguinte forma:

1. Deve-se promover partidos políticos nacionais que apresentem candidatos às eleições (posição de Marx) ou deve-se manter a estrutura sindical da organização (posição de Bakunin)?
2. A AIT deve definir uma política única para todos os seus membros (posição de Marx) ou deve deixar que as diversas seções que se encontram “em condições tão diferentes de temperamento, cultura e desenvolvimento econômico”⁶ amadureçam através do debate político antes de chegar a uma posição comum (ponto de vista de Bakunin)?

Para Marx e Engels, a recusa em participar nas eleições é vista como uma recusa de qualquer ação política, porque, segundo eles, só existe ação política parlamentar. Engels acusará assim os partidários de Bakunin: “esses senhores exigem a abstenção total de qualquer ação política, em particular a não participação em todas as eleições⁷.” Na verdade, Marx compreendeu perfeitamente a posição de Bakunin, mas só se expressa sobre esta questão na sua correspondência privada, nunca num texto público: “A classe operária não deve fazer política. Sua tarefa se limita a se organizar em sindicatos. Um belo dia, com a ajuda da Internacional, eles suplantarão todos os Estados existentes.”⁸ É muito caricatural, mas bastante perspicaz.

4 R. Berthier, “Proudhon’s theory of property”,

5 R. Berthier, “Bakunin fazia política?”, Texto publicado originalmente no livro *Marxismo e Anarquismo*, editora Imaginário (2011). Tradução: Plínio Augusto Coêlho.

6 Bakunin, Oeuvres éditons Champ libre, III, p. 179.

7 Carta a Louis Pio, 7 de março de 1872.

8 Poderíamos jogar o mesmo jogo que Marx e apresentar suas posições da seguinte maneira: “A classe <https://monde-nouveau.net/spip.php?>

Marx acrescenta ainda: “esse burro nem sequer compreendeu que todo movimento de classe, como tal, é necessariamente um movimento político e sempre o foi”⁹ – o que Bakunin nunca negou: ele considerava que a ação política não se limitava a participar nas eleições, mas estava na luta de classes de uma forma geral. Bakunin não rejeitava a ação política em si, mas negava que ela se limitasse à ação parlamentar; quanto a Marx, cujo pensamento é mais complexo do que Bakunin poderia saber a partir dos elementos de que dispunha na época, se ele não exclui o uso de formas de ação extraparlamentares – a força –, é apenas marginalmente, e com o objetivo de impor formas parlamentares.

Engels também compreendeu perfeitamente o fundo do pensamento de Bakunin, para além das distorções da polêmica. Ele escreve a Theodore Kano: “Como a Internacional de Bakunin não deve ser feita para a luta política, mas para poder, com a liquidação social, substituir imediatamente a antiga organização do Estado, ela deve se aproximar o mais possível do ideal bakuninista da sociedade futura”.¹⁰ *Engels resume perfeitamente o ponto de vista de Bakunin* e do que mais tarde se tornaria o anarcossindicalismo: é a ideia que se encontra na Carta de Amiens, em 1906.¹¹ E é aí que reside o sentido da noção de “destruição do Estado”: nada mais é do que a substituição da organização de classe da burguesia – o Estado – pela do proletariado.

É preciso ter em mente que, quando o anarquismo se formou, no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores, o que se chamava “ação política” resumia-se à estratégia eleitoral defendida pelos partidos políticos. A visão marxista da ação da classe operária reduzia-se a isso: criar um partido socialista, apresentá-lo às eleições e, como a classe operária é majoritária, ela acessa o poder: é o modelo social-democrata alemão. Os socialistas alemães estavam tão convencidos de que, sendo a categoria mais numerosa da população, a classe operária os levaria ao poder pelas eleições. Assim, em 1907, foi aprovada uma moção no congresso do Partido Social-Democrata Alemão, em Stuttgart, proibindo qualquer ação comum com a burguesia. Só tardiamente se considerou a possibilidade de formar alianças eleitorais com outros grupos sociais. A superdeterminação da revolução

[article822](#)perária deve fazer política. Sua tarefa se limita a se organizar em partidos. Um belo dia, eles tomarão o poder e suplantarão todos os Estados existentes.”

9 Marx, carta a Lafargue, 19 de abril de 1870.

10 Marx, carta a Th. Cuno, 24 de janeiro de 1872.

11 “...o sindicato, hoje um grupo de resistência, será, no futuro, o grupo de produção e distribuição, base da reorganização social.”

rusa na interpretação das teses marxistas tende a ocultar o fato de que Marx e Engels, na realidade, dificilmente concebiam a atividade política de outra forma que não como a conquista parlamentar do poder.

Quando Marx e Engels acusam Bakunin e os federalistas da Internacional de se recusarem a fazer política, ou de serem abstencionistas em matéria política, eles os criticam, na verdade, por rejeitarem a estratégia eleitoral de conquista do poder. Bakunin, por sua vez, raciocina em termos de organização de classe: a organização de classe do proletariado é a Associação Internacional dos Trabalhadores; a organização de classe da burguesia é o Estado. Conquistar o Estado significa, portanto, para a classe operária, apoderar-se da organização de classe da burguesia: é uma aberração. Essa aberração continua hoje, quando organizações marxistas revolucionárias apresentam candidatos às eleições: Mesmo que o pretexto seja fazer propaganda, isso legitima essas instituições aos olhos dos eleitores e oculta toda possibilidade de imaginar um caminho alternativo.

Segundo Bakunin:

1. A organização dos trabalhadores deve ser constituída da forma mais próxima possível da sociedade que os trabalhadores construirão;

2. Embora não participe no jogo das instituições burguesas (o Parlamento), a atividade da Internacional é fundamentalmente uma atividade política;

3. A organização de classe dos trabalhadores, que é o seu instrumento de luta sob o capitalismo, constitui também o modelo de organização da sociedade após a derrubada da burguesia. É esse o sentido da expressão “destruição do Estado”.

Democracia direta ou representativa?

A questão da democracia direta, da democracia representativa e da delegação é objeto de muitos debates no movimento libertário e de muitos mal-entendidos. Proudhon foi eleito para a Assembleia Constituinte em 1848, para constatar que a democracia levava ao poder as classes privilegiadas. A experiência não foi conclusiva. É por isso que ele abandonou toda perspectiva eleitoral. Doravante, não serão mais os *cidadãos* que deverão designar representantes; a soberania não será mais exercida em parlamentos, mas em instituições produtivas onde os *trabalhadores associados* se organizarão. Entramos em uma lógica totalmente diferente. É preciso ter isso em mente se quisermos compreender a oposição de Proudhon às “candidaturas operárias” em *A Capacidade Política das Classes Operárias*. Ele se opõe a isso porque os trabalhadores

devem se organizar *de outra forma e em outro lugar*: devem se organizar com base em seu *papel no processo de produção* (associações de produtores), em suas próprias organizações de classe, o que antecipa o anarcossindicalismo.

Ao contrário do que se pensa, os primeiros teóricos do anarquismo – Proudhon e Bakunin – não eram partidários da democracia direta, da consulta permanente, do assembleísmo e do mandato imperativo. O mandato imperativo é útil, até mesmo necessário, em caso de conflito, de luta, quando há uma agitação intensa. Ele permite que os mandatados consultem (quase) em tempo real seus mandantes. Mas imaginar uma assembleia de 500 mandatados, cada um com um mandato imperativo, não faz sentido. Proudhon disse claramente que, enquanto todos se reúnem, nada mais é feito. Em Bakunin, não há repugnância metafísica à delegação de poder, como se pode encontrar às vezes em certos anarquistas, que pensam que isso é um ataque intolerável ao seu ser íntimo. Na AIT, votava-se, simplesmente. É verdade que a leitura do revolucionário russo revela uma oposição radical à democracia representativa, que, segundo ele, é uma forma perfeitamente adaptada ao domínio do capitalismo. No sistema capitalista, a democracia representativa consagra a desigualdade econômica e a propriedade privada dos meios de produção. Ela legitima a exploração da grande massa do povo por uma minoria de proprietários e pelos profissionais da palavra que são sua expressão política. Um regime político baseado em um sistema representativo, mas que mantém a propriedade privada dos meios de produção, é uma impostura. A liberdade do trabalhador, em tal sistema, é uma liberdade teórica, fictícia, diz Bakunin.

No entanto, ele diz:

“Isso significa que nós, socialistas revolucionários¹², não queríamos o sufrágio universal e que preferíamos o sufrágio restrito ou o despotismo de um único indivíduo? De modo algum. O que afirmamos é que o sufrágio universal, considerado isoladamente e atuando numa sociedade baseada na desigualdade econômica e social, nunca será para o povo mais do que uma ilusão; que, por parte dos democratas burgueses, nunca será mais do que uma mentira odiosa, o instrumento mais seguro para consolidar, com uma aparência de liberalismo e justiça, em detrimento dos interesses e da

12 Bakunin raramente usa a palavra “anarquista” e, na maioria das vezes, com reservas. Ele se designa como “socialista revolucionário” ou “coletivista”. Ver “L’usage du mot ‘anarchie’ chez Bakounine”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article185>

liberdade populares, a eterna dominação das classes exploradoras e proprietárias.”¹³

A crítica anarquista da democracia representativa (para Bakunin, pelo menos) não é uma crítica de princípio à democracia, entendida como participação dos interessados nas escolhas que dizem respeito à sua existência, mas uma crítica ao contexto capitalista em que ela é aplicada. Sendo a democracia representativa apenas uma máscara para a burguesia, esta facilmente se despoja dela em benefício do cesarismo (o equivalente bakuninista do bonapartismo de Marx), ou seja, a ditadura militar, quando necessário, pois qualquer ingerência democraticamente decidida contra a propriedade provocará inevitavelmente uma reação violenta por parte das classes dominantes espoladas.

O fato de as diferentes correntes marxistas revolucionárias continuarem a apresentar candidatos às eleições mostra que elas endossam esse modelo de designação de mandatos, e não há razão para pensar que seu modelo de sociedade seja outro que não um modelo baseado nesse sistema. No entanto, há uma incoerência em usar os meios da democracia parlamentar para depois dizer que não é esse modelo que se quer instaurar: os eleitores não se identificam com ele. Mas, ao contrário do que pensam os marxistas revolucionários, os anarquistas não têm uma posição abstencionista fanática: Bakunin aconselhou circunstancialmente seus amigos italianos a apresentar candidatos. A CNT espanhola não deu nenhuma orientação de abstenção em 1936 porque a eleição de uma Frente Popular permitiu libertar 30 mil anarquistas da prisão.

Mas, além desses casos circunstanciais, a prática eleitoral não é uma “divergência tática” entre anarquistas e marxistas revolucionários: é uma divergência fundamental. Sem dúvida, hoje é possível encontrar convergências com certos marxistas revolucionários, desde que abandonem definitivamente a ideia perfeitamente vã de apresentar candidatos às eleições – uma atividade cuja eficácia é quase nula¹⁴ – e que dediquem o tempo assim poupado a investir, com os anarquistas, em todos os lugares onde se manifesta uma forma de auto-organização da população e a desenvolver a ideia de que esses locais, se fossem ampliados e coordenados em grande escala, poderiam, no momento oportuno, formar uma vasta organização capaz de suplantar todos os mecanismos do Estado e do capital.

13 Bakunin, Manuscrito de 144 páginas redigido em Marselha, 1870, Stock, IV, p. 195.

14 Exceto, evidentemente, para arrecadar dinheiro por meio do reembolso de despesas de campanha, desde que se tenha o número de votos necessário, o que se torna cada vez menos evidente.

Trata-se, de certa forma, de voltar aos “fundamentos” do movimento antiautoritário da Associação Internacional dos Trabalhadores: a “propaganda pelo fato”. Originalmente, não se tratava de atentados: a “propaganda pelo fato” tinha o sentido construtivo de criar sindicatos, caixas de socorro, cooperativas, escolas, bibliotecas, centros educacionais, sociedades mutualistas, etc. A deturpação do sentido original da “propaganda pelo fato” defendida por Bakunin levou Gaston Leval a afirmar que “a demagogia e a estupidez reinavam no movimento anarquista, e a fórmula foi interpretada como uma recomendação de atentados individuais, que nada tinham a ver com o pensamento do grande lutador”.¹⁵

Esse processo de investimento dos revolucionários na atividade real de auto-organização da população (em oposição à tentativa de investimento em um corpo morto, o Parlamento), sem dúvida não permitiria, quando chegasse o momento, evitar um confronto com as forças de repressão, mas certamente permitiria limitar seus efeitos catastróficos. O poder não está nas ruas, está nas empresas, nos escritórios, nas oficinas, nos campos, etc. E, acima de tudo, está na própria organização da população trabalhadora que retomará o trabalho por conta própria.

Na hipótese, pouco provável na ausência de uma revolução, de uma restituição dos bens roubados pelos capitalistas e na eventualidade de uma gestão socializada de todo o aparato de produção e distribuição, é evidente que será necessário implementar medidas que permitam aos *usuários* (não me refiro aqui aos *eleitores*) expressar-se sobre as políticas globais em matéria de saúde, educação pública, energia, transportes, etc. Acima de tudo, seria necessário introduzir na gestão dessas instituições de interesse público um elemento que falta cruelmente: os consumidores, não a título consultivo, mas como parte integrante.

Uma sociedade que funciona de maneira libertária

Não há dúvida de que o movimento libertário não fará a revolução sozinho, que se ocorrer uma grande convulsão social, ele terá que contar com a presença de outras organizações, ou mesmo de outros projetos políticos, fazer concessões e firmar alianças. No entanto, o balanço da experiência histórica mostrou que, em matéria de alianças com o marxismo, o “fair play” raramente prevaleceu do lado marxista. É possível, no entanto, que a luta de classes nas formas que ela assume hoje suscite formas de luta e de organização que não correspondam mais aos esquemas aos quais

15 “A crise permanente do anarquismo”. (Cf. <http://monde-nouveau.net/spip.php?article259>)

estávamos acostumados (esse processo, aliás, já começou em grande parte) e que as lutas do futuro se deem fora das organizações libertárias “tradicionais” e sem os militantes que se agarram a esquemas ultrapassados.

Uma sociedade libertária é uma sociedade que funciona de maneira libertária, não uma sociedade povoada exclusivamente por libertários “puros”. Não sabemos como será a revolução de amanhã, aquela que finalmente libertará as forças da sociedade e lhe permitirá caminhar para a sua emancipação. Sem dúvida, a revolução, se é que haverá uma, assumirá formas completamente inesperadas. Não podemos sequer afirmar que será uma revolução no sentido habitual da palavra. Talvez seja a consequência de uma catástrofe ecológica de proporções nunca vistas¹⁶. Talvez seja o resultado de uma sucessão de evoluções marcadas por violentas convulsões. Talvez tenhamos uma revolução que não será obra dos “produtores”, que somos obrigados a reconhecer que estão presos em estruturas sindicais e políticas paralisantes, que não têm muita coerência interna e que nem mesmo possuem a primeira das condições definidas por Proudhon para manifestar uma capacidade política: a consciência de si mesmos¹⁷.

Talvez tenhamos uma revolução dos consumidores, cujo instrumento de luta não será a *greve geral dos produtores*, mas o *boicote geral dos produtos*. Talvez essa seja a solução para reunir as camadas médias da população, pouco atraídas pelo discurso operista habitual, mas interessadas em tudo o que possa preservar ou melhorar suas condições de vida.

16 Segundo Proudhon, a introdução de uma agricultura capitalista e intensiva contribuirá para empobrecer o solo: na verdade, os produtos são retirados do solo, mas este não recebe nada em troca : “ Nada do que a terra produz retorna para ela; tudo é retirado, transportado para as cidades para um consumo que, do ponto de vista da agricultura, pode ser considerado não reprodutível.” O uso de fertilizantes químicos só pode “atrasar por alguns anos uma ruína inevitável”. “Quando a natureza perde o equilíbrio, ela arrasta as populações.” (*Manual do especulador na bolsa*.)

17 Cf. Proudhon, *Capacidade política das classes operárias* (1864). Proudhon definiu as três etapas que a classe operária deveria atravessar para alcançar a capacidade política: 1. Ter consciência de si mesma, do ponto de vista de suas relações com a sociedade e com o Estado e como ser coletivo distinto da classe burguesa. 2. Possuir uma “ideia”, uma noção “de sua própria constituição”. 3. A capacidade de “deduzir, para a organização da sociedade, conclusões práticas que lhe sejam próprias”. À última questão, ele responde negativamente: a classe operária ainda não está em condições de criar a organização que permita sua emancipação. (Proudhon morre no momento em que se constitui a AIT.) Na época, Proudhon pensava que a classe operária preenchia a primeira e a segunda condição, mas não a terceira. Pode-se dizer que hoje uma grande parte da classe operária nem sequer está mais na primeira etapa.

No entanto, podemos definir alguns pré-requisitos.

- Uma parte significativa da população terá que estar consciente da necessidade de uma transformação social fundamental.
- Essa população deve primeiro se organizar de forma a poder assumir o controle da produção, da distribuição, etc., por um lado, e organizar sua existência localmente, regionalmente, etc., por outro.
- Essa população precisará ser educada sobre como funciona a organização política e econômica da sociedade para poder reiniciar imediatamente as engrenagens da sociedade.¹⁸

Infelizmente, acredito que os anarquistas de hoje ignoram duas coisas de suma importância:

1. As razões pelas quais o movimento anarquista é tão pequeno.
2. A incrível capacidade de repressão adquirida pelos Estados e pelas organizações paraestatais.

Sobre o primeiro ponto: um mínimo de perspectiva histórica nos mostra que os movimentos revolucionários foram capazes de se desenvolver em contextos onde não havia mediação entre a classe trabalhadora e a classe capitalista, com o Estado servindo como protetor desta última. Por mediação, entendo qualquer instituição que possa incentivar as duas classes antagônicas a negociar: partidos, sindicatos, parlamentarismo, várias associações, etc. Foi o caso da Europa Ocidental ao longo do século XIX, onde qualquer reivindicação séria dos trabalhadores era recebida com tropas, que abriam fogo. Da mesma forma, vemos que sempre que o sufrágio universal e o parlamentarismo foram introduzidos nas relações entre a classe trabalhadora e a classe capitalista, os movimentos revolucionários declinaram e desapareceram.

Assim, na Bélgica, a corrente bakunista da IWA era poderosa, mas após duas greves gerais muito violentas que estabeleceram o sufrágio universal, a corrente revolucionária desapareceu.

Na França, os anarquistas e os sindicalistas revolucionários defendiam a ação direta e o confronto com o Estado, até que uma série de derrotas dos trabalhadores entre 1908 e 1910 levou a liderança confederal da CGT a

18 Em seu livro *Les syndicats ouvriers et la révolution sociale* (Os sindicatos operários e a revolução social, 1930), Pierre Besnard dá uma definição de proletariado que poderia muito bem se aplicar ainda hoje: "... o trabalhador da indústria ou a terra, o artesão da cidade ou os campos – se ele trabalha com a família dele ou não – o empregado, o funcionário público, o contra-mestre, o técnico, o professor o cientista, o escritor, o artista, que vivem exclusivamente do produto de seu trabalho pertencem à mesma classe: o proletariado."

optar pela negociação em vez do confronto: foi durante esse período que se pode identificar o declínio do sindicalismo revolucionário.

O caso da Alemanha é diferente: nunca houve um movimento revolucionário antes do fim da Primeira Guerra Mundial porque o Estado havia concedido o sufrágio universal em 1871.

A situação na Espanha é o oposto. Tem-se falado de uma “exceção espanhola”, o que é absurdo. A estupidez crassa das classes dominantes do país levou-as a rejeitar categoricamente qualquer forma de mediação social, o que significava que um trabalhador ou camponês simplesmente não podia ser reformista: assim que entrava em greve, o Estado ou os capangas dos patrões atiravam nele. É por isso que um movimento revolucionário conseguiu sobreviver muito tempo depois de ter desaparecido em outras partes da Europa.

Quanto ao segundo ponto: Pouco antes de morrer, fazendo um balanço do fracasso da Comuna de Paris, Bakunin fez a Elisée Reclus, em uma carta datada de 15 de fevereiro de 1875, uma reflexão que ainda hoje é muito atual: os Estados acumularam uma capacidade de reprimir a classe operária que ultrapassa em muito a capacidade da classe operária de resistir:

“Nunca a reação internacional da Europa esteve tão formidavelmente armada contra qualquer movimento popular. Ela fez da repressão uma nova ciência que é ensinada sistematicamente nas escolas militares aos tenentes de todos os países. E para atacar essa fortaleza inexpugnável, o que temos? As massas desorganizadas.”

Parece-me que há um mal-entendido total sobre a capacidade dos anarquistas (pelo menos muitos deles) de perceber a incrível amplitude dos meios de repressão e vigilância que qualquer movimento de oposição terá de enfrentar logo que ultrapasse certos limites. Esse mal-entendido é particularmente evidente no caso dos “Black Blocs”, que acreditam sinceramente que estão desestabilizando o Estado, quando tudo o que fazem é fortalecê-lo. Um filme ilustra perfeitamente meu ponto de vista: “Inimigo Público”, com Will Smith, lançado há quase trinta anos – é fácil imaginar os avanços alcançados desde então em matéria de vigilância e repressão. Aqueles que realmente acreditam que podem destabilizar o poder lançando alguns pedras na vitrine de um banco deveriam observar atentamente o tradicional desfile militar de 14 de julho em Paris, durante o qual são exibidos, por três horas, os recursos materiais e humanos de que o Estado dispõe, e se perguntar se são realmente capazes de enfrentar isso.

Existe uma correlação entre o enfraquecimento do movimento revolucionário e a expansão de regimes políticos baseados no sufrágio universal. Tal constatação deveria levar o movimento anarquista a abandonar um discurso que se tornou obsoleto e a considerar estratégias adequadas à situação: nunca mais haverá um movimento makhnovista nem coletivizações como na Espanha revolucionária. Parece-me que o movimento anarquista atual não aprendeu as lições do passado e continua a basear-se numa narrativa que pertence ao passado, impedindo-o de implementar uma estratégia para o futuro.

Nesta carta a Elisée Reclus, Bakunin esboçou as perspectivas abertas à classe trabalhadora após o esmagamento da Comuna de Paris. Ele escreve que “a hora das revoluções” passou, que “a revolução regressou agora ao seu leito”: “nós voltamos ao período da evolução, isto é, das revoluções secretas, invisíveis e muitas vezes até insensíveis”. O velho revolucionário sugere claramente que um ciclo está completo, outro começa. Não é uma adesão repentina ao reformismo, é simplesmente um fato: começa um longo período de reação. Ele quer dizer que a revolução não está necessariamente na ordem do dia *o tempo todo*. Estamos agora, diz ele, em um ciclo descendente, durante o qual “o pensamento, a esperança e a paixão revolucionárias não se encontram absolutamente nas massas, e quando elas estão ausentes, nada vale fazer esforços inúteis”.

Conclusão

O que fazer hoje, em um período em que a iniciativa da luta de classes vem dos patrões e do Estado, em que o regime parlamentar está totalmente esgotado e se mostra incapaz de trazer melhorias significativas às condições salariais? – lembremo-nos do bilionário Warren Buffett, que declarou cinicamente: “é uma guerra de classes e a minha classe está ganhando”. Se afirmamos a inutilidade da estratégia parlamentar, se pensamos mesmo que o recurso sem ilusões a essa estratégia é prejudicial pelo desânimo que provoca nos militantes, o que se pode fazer na ausência de qualquer perspectiva revolucionária imediata?

Talvez seja Bakunin quem nos traga a solução.

Enquanto se aguarda que as circunstâncias sejam mais favoráveis, trata-se, de certa forma, de voltar aos “fundamentos” do movimento antiautoritário da Associação Internacional dos Trabalhadores: a “propaganda pelo fato”. Originalmente, não se tratava de atentados: a “propaganda pelo fato” tinha o sentido construtivo de criar sindicatos, caixas de socorro, cooperativas, escolas, bibliotecas, centros educacionais,

sociedades mutualistas, etc. A deturpação do sentido original da “propaganda pelo fato” defendida por Bakunin levou Gaston Leval a afirmar que “a demagogia e a estupidez reinavam no movimento anarquista, e a fórmula foi interpretada como uma recomendação de atentados individuais, que nada tinham a ver com o pensamento do grande lutador”.¹⁹ Esse processo de investimento dos revolucionários na atividade real de auto-organização da população (em oposição à tentativa de investimento em um corpo morto, o Parlamento), sem dúvida não permitiria, quando chegasse o momento, evitar um confronto com as forças de repressão, mas certamente permitiria limitar seus efeitos catastróficos.

Muitas vezes não se sabe que uma das razões pelas quais Fernand Pelloutier, organizador das Bolsas de Trabalho, defendia a greve geral como meio de ação resultava da constatação de que as manifestações de rua colocavam os trabalhadores em situação de fraqueza diante do exército e da polícia, enquanto a paralisação geral do trabalho reduzia — sem eliminá-los — os riscos: o poder não está nas ruas, está nas empresas, nos escritórios, nas oficinas, nos campos, etc. E, acima de tudo, está na própria organização da população trabalhadora que retomará o trabalho por conta própria.

A reflexão sobre um eventual programa de ação exigiria integrar elementos que não existiam nos anos 1870 e que poderiam ser muito mobilizadores. Refiro-me aos serviços públicos. Trata-se de instituições criadas, *com o dinheiro do povo*, para responder às necessidades do povo: saúde, educação, transportes, energia, etc. Estas instituições representam, portanto, um “bem comum”²⁰ que não só deve ser preservado, mas também melhorado e controlado. Ora, a tendência geral nos países capitalistas, sejam os governos de esquerda ou de direita, é ceder todo ou parte desse bem comum ao setor privado: isso é literalmente roubo. É surpreendente constatar que esses golpes em massa tenham suscitado tão poucas reações.²¹

19 “A crise permanente do anarquismo”. (Cf. <http://monde-nouveau.net/spip.php?article259>)

20 Retomo o termo utilizado por Carole Poliquen no seu notável documentário, *Le Bien commun, l'assaut final*, Les Productions ISCA, 63 min, 2002, <http://voiretagir.org/BIEN-COMMUN-LE.html>

21 No entanto, as populações foram informadas há muito tempo dos projetos das instituições internacionais e das multinacionais que visam expropriá-las de seu “bem comum”: Um artigo escrito por um especialista da OCDE em 1996 expõe um projeto que visa o setor da educação, no qual se planeja reduzir a qualidade do serviço para incentivar a priorização do setor privado: entende-se que esse projeto poderia ser aplicado a todos os serviços públicos: “Se reduzirmos as despesas de funcionamento, devemos ter cuidado para não reduzir a quantidade de serviços, mesmo que isso implique uma diminuição da

Ora, esta é uma questão que deveria ser objeto de uma ação militante permanente e insistente, deveria estar no centro de toda a ação de oposição à política do Estado e do capitalismo: os ladrões devem devolver ao povo o que lhe roubaram. A restituição dos serviços públicos ao povo deve figurar hojeem um lugar de destaque em um programa revolucionário transitório. O movimento revolucionário não aparece como um movimento que quer “estatizar” os cabeleireiros, os padeiros, os vendedores de jeans, mas como um movimento que quer devolver à população os bens coletivos que lhe pertenciam e dos quais o capitalismo a expropriou ou está expropriando.

Hoje, as melhorias nas condições de vida são poucas. Sabemos que, pela primeira vez desde o início da revolução industrial, as gerações mais jovens viverão menos, terão menos qualidade de vida, serão menos bem alimentadas, menos bem cuidadas e menos bem alojadas do que a geração anterior. Diante dessa situação, fazemos duas constatações:

- A grande crise do capitalismo, o colapso social, não aconteceu. As revoluções sociais dos últimos 120 anos ocorreram após guerras (Revolução Russa de fevereiro de 1917), golpes militares (Espanha, 1936), enfraquecimento do poder do Estado (queda da URSS), organizações guerrilheiras camponesas (Cuba e Nicarágua), diversas intervenções estrangeiras, inclusive militares (China), lutas anticolonialistas (Vietnã). O Grande Dia foi, até hoje, um sonho apocalíptico.

- A estratégia parlamentar preconizada pelo movimento socialista não passou de uma ilusão: todas as grandes conquistas sociais foram obtidas através da luta: os aumentos salariais, a redução do tempo de trabalho, as férias pagas, a proteção social, etc., são o resultado de relações de força entre a classe operária e o capital, limitando-se o papel do parlamento a ratificar um facto consumado. Além disso, não faltam exemplos em que governos apoiados por uma maioria socialista no Parlamento implementaram medidas antissociais que nem mesmo a direita ousava tomar.

qualidade. Podemos, por exemplo, reduzir os créditos de funcionamento das escolas ou universidades, mas seria perigoso restringir o número de alunos ou estudantes. As famílias reagirão violentamente à recusa de matrícula de seus filhos, mas não a uma redução gradual da qualidade do ensino, e a escola pode obter, de forma gradual e pontual, uma contribuição das famílias ou suprimir determinada atividade. Isso é feito caso a caso, em uma escola, mas não na escola vizinha, de modo a evitar o descontentamento geral da população. (Relatório de Christian Morrisson, especialista da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, “A viabilidade política do ajuste”, 1996)

A ilusão de uma revolução liderada por uma vanguarda de revolucionários profissionais à frente de uma organização altamente centralizada é hoje totalmente obsoleta. Independentemente do nível de centralização dessa organização, independentemente das suas tentativas de clandestinidade, o Estado, com os meios de que dispõe e cuja existência o militante médio nem sequer suspeita, não terá qualquer dificuldade em reprimi-la.

- A revolução de amanhã terá de ser descentralizada, com uma multiplicidade de pólos de iniciativa, impossível de decapitar porque não terá chefes.

- Mas a descentralização não é ausência de coordenação. A revolução de amanhã será uma revolução em que uma grande massa da população estará organizada para esse fim e saberá o que fazer para retomar o aparato de produção e os mecanismos da sociedade.

A preparação para tal revolução levará décadas e o movimento revolucionário deve começar a trabalhar rapidamente, deixando de esgotar suas forças apresentando candidatos a eleições nas quais nunca serão eleitos.

Table des matières

“Eleições e anarquismo, voto nulo, existe política além do voto?”1

Democracia direta ou representativa?.....5

Uma sociedade que funciona de maneira libertária.....8

Conclusão.....12